PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2011
(Da Sra. Nilda Gondim)

Acrescenta dispositivos ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 1990, para agravar penalidades por crimes e infrações administrativas cometidas contra a criança e o adolescente com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte Artigo 227-A à Lei nº 8.069, de 1990:

“Art. 227-A. As penas definidas neste capítulo serão acrescidas em 1/3 (um terço), caso a vítima seja criança ou adolescente com deficiência.”(NR)

Art. 2º Acrescente-se ao Capítulo II, do Título VII, da lei nº 8.069, de 1990, a seguinte Seção I, passando os artigos nºs. 245 até 258-B a comporem a Seção II do mesmo capítulo, a ser intitulada “Das Infrações Administrativas em Espécie”:

“Art. 244-B.....

Capítulo II

Seção I

Disposições Gerais

Art. 244-C. As penas definidas neste capítulo serão acrescidas em 1/4 (um quarto), caso a vítima seja criança ou adolescente com deficiência.

Seção II

Das Infrações Administrativas em Espécie

Art. 245.....”(NR)

Art. 3º Esta lei entrará em vigor em noventa dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Ações delituosas contra a criança e o adolescente encontram-se entre as mais graves abominações praticadas pela humanidade. A criança e o adolescente devem ser cuidados, zelados com amor e atenção, devem ser providos de todas as formas de proteção social.

Qualquer crime ou infração administrativa cometida contra esse segmento deve ser punido de forma severa e imediata, posto que sejam agressões que se pratica não apenas contra o mais frágil, mas especialmente contra o futuro e a sobrevivência da própria sociedade civilizada.

Não bastasse esse nível de severidade, o ato delituoso que tem como vítima a criança ou o adolescente com deficiência assume grau de crueldade ainda mais acentuado.

São seres humanos muitas vezes incapazes de compreender, ou mesmo de se defenderem minimamente em situações dessa natureza. Inobstante a isso, esses delitos não deixam de acontecer no dia-a-dia da sociedade.

Considero que, acrescentar dispositivos que agravem as penalidades descritas no ECA que sejam praticadas contra o menor com deficiência seja alteração muito oportuna ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Para tanto, conto com o apoio e atenção de meus nobres pares, Deputados e Deputadas Federais, para o sucesso da presente proposição legislativa.

Sala das Sessões, 03 de março de 2011.

Deputada NILDA GONDIM